



Defensor Público Geral - DPGE

Ato de Ratificação de Dispensa de Licitação

| De 11.02.2021

Referência: Processo nº E-20/001.012199/2019

RATIFICO a declaração de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93, na ordem global de **R\$ 190.500,00 (cento e noventa mil e quinhentos reais)**, em favor de **Maria do Carmo Aguiar Gomes**, referente ao custeio para locação do imóvel situado na R. São Benedito Nº 191, Centro, São João da Barra/RJ, em estrita observância ao dispositivo legal supramencionado, bem assim aos demais termos da autorização acima explicitada.

RODRIGO BAPTISTA PACHECO

DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Id: 202100240 - Protocolo: 0529001

Aviso Geral

| De 11.02.2021

Referência: Processo nº E-20/001.006037/2020

COMISSÃO DO XXVII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A **PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO DO CONCURSO** faz saber as(os) interessadas(os) a relação de pontos das matérias elencadas no art. 3º c/c art. 37, §1º da **DELIBERAÇÃO SECS/DPGERJ Nº140** de 16 de novembro de 2020 com alterações realizadas pela **DELIBERAÇÃO SECS/DPGERJ Nº 142** de 08 de fevereiro de 2021.

BANCA I

DIREITO CIVIL

PONTO I

a) Função social do contrato e da propriedade. Tutela dos vulneráveis e hipervulneráveis. Princípio da boa-fé. Exercício e abuso de direito. Liberdade econômica. Os direitos da personalidade. Direitos da personalidade e regimes de responsabilidade no Marco Civil da Internet e na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. As normas de proteção e defesa do consumidor. Os direitos básicos do consumidor. A proteção contratual do consumidor.

b) Responsabilidade civil contratual e extracontratual. Responsabilidade civil subjetiva e objetiva. Elementos da responsabilidade civil. Responsabilidade civil do Estado e das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos. Responsabilidade civil no direito do consumidor. Responsabilidade pela perda de uma chance. Relações de família e responsabilidade civil. Abandono afetivo. Repercussões civis da violência doméstica. Dano por violência obstétrica. Dano estético. Dano moral individual e coletivo. Dano punitivo.

c) Casamento e união estável. União homoafetiva. Famílias simultâneas. Regime de bens entre cônjuges e entre companheiras(os). Usufruto e





administração dos bens de filhas(os) menores. Alimentos. Bem de família. Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Dissolução da união estável. Proteção da pessoa das(os) filhas(os). Guarda unilateral. Guarda compartilhada. Alienação parental. Guarda de animais de estimação.

d) Direito das obrigações. Princípios e elementos do direito contratual. Contratos em espécie. Posse. Propriedade. Usucapião. Direitos de vizinhança. Condomínio. Direito de superfície. Direito do promitente comprador. Adjudicação compulsória. Direitos reais de garantia. Direito de laje. Registro público imobiliário. Legislação emergencial da pandemia do coronavírus (federal e estadual).

e) Tutela. Curatela. Tomada de decisão apoiada. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Internação psiquiátrica involuntária. Direitos sucessórios. Sucessão legítima e testamentária. Ordem da vocação hereditária. Herdeiros necessários. Direito de representação. Deserção. Sonegação. Colação. Anulação da partilha.

PONTO II

a) Direito das obrigações. Modalidades e transmissão das obrigações. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento das obrigações. Contratos. Função social do contrato. Causa do contrato. Princípios e elementos do direito contratual. Formação dos contratos. Contratos coligados. Contrato preliminar. Equilíbrio contratual. Dever de renegociação. Teoria do adimplemento substancial. Resolução por onerosidade excessiva. Teoria da imprevisão. Responsabilidade pré-contratual e pós-contratual. Contratos em espécie. Direitos reais. Regime jurídico e princípios. Os direitos reais em espécie. Registro público imobiliário. Legislação emergencial da pandemia do coronavírus (federal e estadual).

b) Pessoas naturais e jurídicas. Domicílio. Direitos da personalidade. Ausência. Pessoas jurídicas como titulares de direitos fundamentais. Desconsideração da personalidade jurídica. Desconsideração inversa. Bens. Fatos jurídicos. Negócios jurídicos. Defeitos e invalidade dos negócios jurídicos. Atos ilícitos. Prescrição e decadência. Enriquecimento sem causa. Responsabilidade civil contratual e extracontratual. Responsabilidade civil subjetiva e objetiva. Elementos da responsabilidade civil. Perda de uma chance. Abuso de direito. Influxos da constitucionalização do direito civil sobre a responsabilidade civil.

c) Relações de parentesco. Filiação. Reconhecimento das(os) filhas(os). Investigação de paternidade. Alimentos. Alimentos gravídicos. Nascituro. Adoção. Poder familiar. Princípio da paternidade responsável. Planejamento familiar. Reprodução assistida. Embriões excedentários. Relações familiares plurais. Registro civil de pessoas naturais.

d) Direito do consumidor. Direitos básicos do consumidor. Responsabilidade civil no direito do consumidor. Fato e vício dos produtos e serviços. Riscos do desenvolvimento. Teoria do desvio produtivo do consumidor. Desconsideração da personalidade jurídica no Código de Defesa do Consumidor. Proteção contratual do consumidor.

e) Tutela. Curatela. Tomada de decisão apoiada. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Internação psiquiátrica involuntária. Direitos sucessórios. Sucessão legítima e testamentária. Administração da herança. Vocação hereditária. Aceitação e renúncia da herança. Exclusão da sucessão. Herança jacente. Petição de herança.

PONTO III

a) Direito das obrigações. Princípios do direito contratual. Função social do contrato. Causa do contrato. Elementos estruturais e funcionais do contrato. Equilíbrio contratual. Revisão e resolução do contrato. Contratos em espécie. Posse. Propriedade. Usucapião. Direitos de vizinhança. Condomínio. Direito de superfície. Direito do promitente comprador. Adjudicação compulsória. Direitos reais de garantia. Direito de laje. Registro público imobiliário. Legislação emergencial da pandemia do coronavírus (federal e estadual).

b) Direitos sucessórios. Sucessão legítima e testamentária. Ordem da vocação hereditária. Herdeiros necessários. Direito de representação. Deserção. Sonegação. Colação. Anulação da partilha.

c) Pessoas naturais e jurídicas. Domicílio. Direitos da personalidade. Ausência. Pessoas jurídicas como titulares de direitos fundamentais. Dano moral e pessoa jurídica. Desconsideração da personalidade jurídica. Desconsideração inversa. Bens. Fatos jurídicos. Negócios jurídicos. Defeitos e invalidade dos negócios jurídicos. Planos da existência, validade e eficácia. Atos ilícitos. Abuso de direito. Prescrição e decadência. Enriquecimento sem causa. Responsabilidade civil contratual e extracontratual. Responsabilidade civil subjetiva e objetiva. Elementos da responsabilidade civil. Influxos da constitucionalização do direito civil sobre a responsabilidade civil.

d) Casamento e união estável. União homoafetiva. Famílias simultâneas. Regime de bens entre cônjuges e entre companheiras(os). Usufruto e administração dos bens de filhas(os) menores. Alimentos. Bem de família. Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Dissolução da união estável. Proteção da pessoa das(os) filhas(os). Guarda unilateral. Guarda compartilhada. Alienação parental. Guarda de animais de estimação.



e) Direito do consumidor. Diálogo das fontes. Direitos básicos do consumidor. Responsabilidade civil. Fato e vício dos produtos e serviços. Riscos do desenvolvimento. Desconsideração da personalidade jurídica no Código de Defesa do Consumidor. Proteção contratual do consumidor. Contratos de plano e de seguro de saúde. Regulação da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar). Empréstimos consignados. Superendividamento do consumidor. Proteção administrativa do consumidor. Direito do consumidor e serviços públicos concedidos.

PONTO IV

a) Tutela. Curatela. Tomada de decisão apoiada. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Internação psiquiátrica involuntária. Direitos sucessórios. Sucessão legítima e testamentária. Administração da herança. Vocação hereditária. Aceitação e renúncia da herança. Exclusão da sucessão. Herança jacente. Petição de herança.

b) Direito das obrigações. Modalidades e transmissão das obrigações. Adimplemento e extinção das obrigações. Adimplemento substancial. Inadimplemento das obrigações. Inadimplemento antecipado ao termo. Contratos. Princípios e elementos do direito contratual. Resolução pelo equivalente. Resolução por onerosidade excessiva. Teoria da imprevisão. Dever de renegociação. Contratos em espécie. Direitos reais. Regime jurídico e princípios. Os direitos reais em espécie. Registro público imobiliário. Legislação emergencial da pandemia do coronavírus (federal e estadual).

c) Direito do consumidor. Direitos básicos do consumidor. Responsabilidade civil. Fato e vício dos produtos e serviços. Riscos do desenvolvimento. Teoria do desvio produtivo do consumidor. Desconsideração da personalidade jurídica no Código de Defesa do Consumidor. Proteção contratual do consumidor.

d) Pessoas naturais e jurídicas. Domicílio. Direitos da personalidade. Ausência. Pessoas jurídicas como titulares de direitos fundamentais. Desconsideração da personalidade jurídica. Desconsideração inversa. Bens. Fatos jurídicos. Negócios jurídicos. Defeitos e invalidade dos negócios jurídicos. Atos ilícitos. Prescrição e decadência. Enriquecimento sem causa. Responsabilidade civil contratual e extracontratual. Responsabilidade civil subjetiva e objetiva. Elementos da responsabilidade civil. Responsabilidade civil do Estado e das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.

e) Relações de parentesco. Filiação. Reconhecimento das(os) filhas(os). Investigação de paternidade. Alimentos. Alimentos gravídicos. Nascituro. Adoção. Poder familiar. Princípio da paternidade responsável. Planejamento familiar. Reprodução assistida. Embriões excedentários. Relações familiares plurais. Registro civil de pessoas naturais.

PONTO V

a) Direito do consumidor. Diálogo das fontes. Direitos básicos do consumidor. Responsabilidade civil. Fato e vício dos produtos e serviços. Desconsideração da personalidade jurídica no Código de Defesa do Consumidor. Proteção contratual do consumidor. Contratos de plano e de seguro de saúde. Regulação da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar). Empréstimos consignados. Superendividamento do consumidor. Proteção administrativa do consumidor. Direito do consumidor e serviços públicos concedidos.

b) Direito das obrigações. Princípios e elementos do direito contratual. Contratos em espécie. Posse. Propriedade. Usucapião. Direitos de vizinhança. Condomínio. Direito de superfície. Direito do promitente comprador. Adjudicação compulsória. Direitos reais de garantia. Direito de laje. Registro público imobiliário. Legislação emergencial da pandemia do coronavírus (federal e estadual).

c) Casamento e união estável. União homoafetiva. Famílias simultâneas. Regime de bens entre cônjuges e entre companheiras(os). Usufruto e administração dos bens de filhas(os) menores. Alimentos. Bem de família. Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Dissolução da união estável. Proteção da pessoa das(os) filhas(os). Guarda unilateral. Guarda compartilhada. Alienação parental. Guarda de animais de estimação.

d) Princípios fundamentais do direito civil. Pessoas naturais e jurídicas. Domicílio. Direitos da personalidade. Ausência. Desconsideração da personalidade jurídica. Desconsideração inversa. Bens. Fatos jurídicos. Negócios jurídicos. Defeitos e invalidade dos negócios jurídicos. Prescrição e decadência.

e) Responsabilidade civil. Funções da responsabilidade civil. Responsabilidade civil contratual e extracontratual. Responsabilidade civil subjetiva e objetiva. Responsabilidade civil do Estado pela função legislativa e pela função jurisdicional. Responsabilidade civil do Estado em virtude do reconhecimento de estado de coisas inconstitucional. Regime de responsabilidade civil na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Responsabilidade no Marco Civil da Internet. Responsabilidade pela perda de uma chance. Relações de família e responsabilidade civil. Abandono afetivo. Repercussões civis da violência doméstica. Dano por violência obstétrica. Dano estético. Dano moral individual e coletivo. Dano punitivo.



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

PONTO I

- a) Princípios do processo civil. Meios alternativos (adequados) de solução de conflitos. Jurisdição, ação e processo. Competência. Sujeitos do processo. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Atos processuais. Nulidades processuais. Tutela provisória. Tutela inibitória. Formação, extinção e suspensão do processo. Processo eletrônico.
- b) Processo de conhecimento. Procedimento comum. Teoria geral da prova. Elementos do direito probatório. Provas em espécie. Audiências no procedimento comum. Sentença e coisa julgada. Sucumbência. Honorários.
- c) Execução e cumprimento de sentença. Princípios da execução cível. Partes. Competência. Responsabilidade patrimonial. Liquidação de sentença. Ritos executivos. Execução e cumprimento de sentença por quantia certa. Execução e cumprimento de sentença de obrigação de fazer, não fazer e entrega de coisa. Execução e cumprimento de sentença de alimentos. Execução fiscal. Execução e cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública. Defesa do executado.
- d) Dos processos nos Tribunais. Ações originárias dos Tribunais. Teoria geral dos recursos. Recursos em espécie. Teoria dos precedentes judiciais. Distinção e superação de precedentes. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Incidente de Assunção de Competência. Súmulas vinculantes. Julgamento de recursos excepcionais repetitivos.
- e) Procedimentos especiais no Código de Processo Civil. Procedimentos especiais em legislação extravagante. Ações locatícias. Ação de alimentos. Ação de alimentos gravídicos. Ações relativas à filiação. Ações no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis e Juizados Especiais da Fazenda Pública.

PONTO II

- a) Procedimento comum. Princípios do processo civil. Justiça multiportas. Conciliação, mediação e arbitragem. Direito colaborativo.
- b) Petição inicial. Demanda. Improcedência liminar do pedido. Tutela provisória. Posturas do réu diante da demanda.
- c) Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Julgamento antecipado do mérito. Audiência de conciliação e mediação. Saneamento. Audiência de instrução e julgamento. Recursos.
- d) Teoria geral da prova. Provas em espécie. Ônus da prova. Ônus da prova nas relações de consumo. Ações locatícias. Procedimentos especiais no Código de Processo Civil. Ações nos Juizados Especiais Cíveis e Juizados Especiais da Fazenda Pública.
- e) Sentença, coisa julgada e outras estabilidades das decisões judiciais. Teoria da decisão judicial. Sucumbência. Honorários. Liquidação da sentença. Execução. Teoria dos precedentes judiciais. Precedentes obrigatórios. Distinção e superação de precedentes. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Incidente de Assunção de Competência. Súmulas vinculantes. Julgamento de recursos excepcionais repetitivos.

PONTO III

- a) Processo de execução. Títulos executivos (judiciais e extrajudiciais). Responsabilidade patrimonial. Competência. Legitimidade. Teoria dos precedentes judiciais. Precedentes obrigatórios. Distinção e superação de precedentes. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Incidente de Assunção de Competência. Súmulas vinculantes. Julgamento de recursos excepcionais repetitivos. Teoria geral dos recursos. Recursos em espécie.
- b) Cumprimento de sentença e execução por quantia certa. Ações locatícias.
- c) Cumprimento de sentença e execução da obrigação de fazer, não fazer e entregar. Meios executivos. Cumprimento de sentença e execução contra a Fazenda Pública. Cumprimento de sentença e execução de obrigação alimentar. Execução fiscal. Princípios do processo civil.
- d) Formas de defesa do executado. Impugnação ao cumprimento de sentença. Embargos à execução. Objeção de pré-executividade. Defesas heterotópicas. Embargos de terceiro.
- e) Tutela provisória. Tutela inibitória. Procedimento comum. Competência. Petição inicial. Resposta do réu. Teoria geral da prova. Elementos do





direito probatório. Provas em espécie. Audiências no processo civil. Ações de família. Ações possessórias. Ação reivindicatória. Ações nos Juizados Especiais Cíveis e Juizados Especiais da Fazenda Pública.

PONTO IV

a) Princípios do processo civil. Meios alternativos (adequados) de solução de conflitos. Jurisdição, ação e processo. Competência. Sujeitos do processo. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Atos processuais. Nulidades processuais. Tutela provisória. Tutela inibitória. Formação, extinção e suspensão do processo. Processo eletrônico.

b) Processo de conhecimento. Procedimento comum. Teoria geral da prova. Elementos do direito probatório. Provas em espécie. Audiências no procedimento comum. Sentença e coisa julgada. Sucumbência. Honorários.

c) Execução e cumprimento de sentença. Princípios da execução cível. Partes. Competência. Responsabilidade patrimonial. Liquidação de sentença. Ritos executivos. Execução e cumprimento de sentença por quantia certa. Execução e cumprimento de sentença de obrigação de fazer, não fazer e entrega de coisa. Execução e cumprimento de sentença de alimentos. Execução fiscal. Execução e cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública. Defesa do executado.

d) Dos processos nos Tribunais. Ações originárias dos Tribunais. Teoria geral dos recursos. Recursos em espécie. Teoria dos precedentes judiciais. Distinção e superação de precedentes. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Incidente de Assunção de Competência. Súmulas vinculantes. Julgamento de recursos excepcionais repetitivos.

e) Procedimentos especiais no Código de Processo Civil. Procedimentos especiais em legislação extravagante. Ações locatícias. Ação de alimentos. Ação de alimentos gravídicos. Ações relativas à filiação. Ações no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis e Juizados Especiais da Fazenda Pública.

PONTO V

a) Dos processos nos Tribunais. Ações originárias dos Tribunais. Teoria geral dos recursos. Recursos em espécie. Teoria dos precedentes judiciais. Distinção e superação de precedentes. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Incidente de Assunção de Competência. Súmulas vinculantes. Julgamento de recursos excepcionais repetitivos.

b) Execução e cumprimento de sentença. Princípios da execução cível. Partes. Competência. Responsabilidade patrimonial. Liquidação de sentença. Ritos executivos. Execução e cumprimento de sentença por quantia certa. Execução e cumprimento de sentença de obrigação de fazer, não fazer e entrega de coisa. Execução e cumprimento de sentença de alimentos. Execução fiscal. Execução e cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública. Defesa do executado.

c) Procedimento comum. Competência. Petição inicial. Demanda. Julgamento antecipado de mérito. Atos processuais. Nulidades processuais. Resposta do réu. Teoria geral da prova. Elementos do direito probatório. Provas em espécie.

d) Tutela provisória. Tutela inibitória. Sentença. Coisa julgada. Sucumbência. Honorários. Ações possessórias. Ações reivindicatórias. Ações de família. Ações locatícias. Ações no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis e Juizados Especiais da Fazenda Pública.

e) Princípios do processo civil. Meios alternativos (adequados) de solução de conflitos. Jurisdição, ação e processo. Sujeitos do processo. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Formação, extinção e suspensão do processo. Processo eletrônico.

TUTELA COLETIVA

PONTO I

a) Evolução histórica (Brasil e mundo). Ordem constitucional.

b) Tutela coletiva de direitos e tutela de direitos coletivos. Classificação dos direitos coletivos. Princípios.

c) Termo de ajustamento de conduta. Processo coletivo.

d) Processo estrutural.





e) Defensoria Pública e ações coletivas.

PONTO II

a) A integração normativa (Constituição Federal, Lei da Ação Civil Pública, Código de Defesa do Consumidor, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei do Mandado de Segurança, Lei da Ação Popular, Estatuto da Pessoa com Deficiência e outras leis especiais). Competência.

b) Tutela coletiva de direitos e tutela de direitos coletivos. Classificação dos direitos coletivos. Princípios.

c) Condições da ação coletiva. Litispêndência e conexão. Prescrição. Sentença e coisa julgada.

d) Termo de ajustamento de conduta. Processo coletivo.

e) Processo estrutural.

PONTO III

a) Tutela coletiva de direitos e tutela de direitos coletivos. Classificação dos direitos coletivos. Meios alternativos (adequados) de composição dos conflitos coletivos.

b) Audiência pública. Amicus curiæ. Litisconsórcio. Habilitação.

c) Condições da ação coletiva. Litispêndência e conexão. Prescrição. Sentença e coisa julgada.

d) Procedimentos administrativos para investigação das situações coletivas. Liquidação e execução coletiva.

e) Termo de ajustamento de conduta. Interação entre as ações coletivas e as ações individuais.

PONTO IV

a) Legitimidade. Defensoria Pública e ações coletivas. Coisa julgada coletiva. Aplicação subsidiária do CPC.

b) Habilitação. Litisconsórcio. Deslocamento do legitimado passivo para o polo ativo. Desistência da demanda e assunção da titularidade ativa.

c) Competência. Pedido coletivo. Tutelas liminares. Suspensão de execução da liminar. Provimentos coletivos.

d) Atividade probatória. Instrumentos de participação democrática. Ação coletiva passiva. Processo estrutural.

e) Sistema de isenção de encargos processuais. Fundo de reparação aos bens lesados. Recursos. Liquidação e execução coletiva.

PONTO V

a) Estruturação procedimental das ações coletivas.

b) Ação civil pública. Ação coletiva para a defesa de interesses individuais homogêneos. Ação coletiva inibitória. Ação de mandado de segurança coletivo. Habilitação. Litisconsórcio.

c) Ação popular. Ação de usucapião coletiva. Ação coletiva cautelar. Classificação dos direitos coletivos.

d) Termo de ajustamento de conduta. Liquidação e execução da obrigação coletiva.

e) Sentença e coisa julgada coletiva.

DIREITO EMPRESARIAL





PONTO I

- a) O direito empresarial à luz da ordem constitucional brasileira. A empresa e o empresário. O estabelecimento. O nome empresarial. O direito empresarial no novo Código Civil. Transformação, incorporação, fusão e cisão das sociedades. Liquidação das sociedades. Desconsideração da personalidade jurídica. Registro público de empresas mercantis e atividades afins.
- b) Contrato de locação empresarial. Particularidades. Disciplina legal. Ação renovatória. Condições. Legitimidade. Prazos. Dispensa de renovação. Procedimento na ação renovatória. Ação de despejo.
- c) Contratos bancários. Operações ativas e passivas dos bancos. Contrato de cartão de crédito. Juros moratórios e remuneratórios. Alienação fiduciária em garantia. Arrendamento mercantil. Factoring.
- d) Títulos de crédito. Princípios do direito cambiário. Aval, fiança e outras garantias. Endosso. Protesto. Ação cambial. Prescrição.
- e) Insolvência civil. Falência. Recuperação judicial.

PONTO II

- a) Teoria geral da empresa. As pessoas que podem e as que são impedidas de exercer atividade empresarial. Formalidades e registros relativos às empresas.
- b) As sociedades empresárias. Sociedade limitada. Sociedade cooperativa. Sociedade anônima. Direitos e responsabilidade dos sócios. Extinção, dissolução e liquidação das sociedades. Desconsideração da personalidade jurídica.
- c) Títulos de crédito. Princípios do direito cambiário. Aval, fiança e outras garantias. Endosso. Protesto. Ação cambial. Prescrição.
- d) A ordem econômica. Concorrência e livre iniciativa. Contratos mercantis. Venda com reserva de domínio. Leasing. Alienação fiduciária.
- e) Insolvência civil. Falência. Recuperação judicial.

PONTO III

- a) As sociedades empresárias. Sociedade limitada. Sociedade cooperativa. Sociedade anônima. Direitos e responsabilidade dos sócios. Extinção, dissolução e liquidação das sociedades. Desconsideração da personalidade jurídica.
- b) Contratos bancários em geral. Características. Operações bancárias. Incidência do Código de Defesa do Consumidor. Juros moratórios e remuneratórios. Alienação fiduciária em garantia. Arrendamento mercantil. Factoring. Contrato de corretagem.
- c) Títulos de crédito. Princípios do direito cambiário. Aval, fiança e outras garantias. Endosso. Protesto. Ação cambial. Prescrição.
- d) Insolvência civil. Falência. Recuperação judicial.
- e) Titular da empresa. Requisitos para o exercício da empresa. Capacidade e incapacidade. Menor. Curatelado. Incompatibilidades funcionais. Proibição do comércio.

PONTO IV

- a) O direito empresarial à luz da ordem constitucional brasileira. A empresa e o empresário. Empresário individual. Empresário regular.
- b) Contrato de locação empresarial. Particularidades. Disciplina legal. Ação renovatória. Condições. Legitimidade. Prazos. Dispensa de renovação. Procedimento na ação renovatória. Ação de despejo.
- c) Títulos de crédito. Princípios do direito cambiário. Aval, fiança e outras garantias. Endosso. Protesto. Ação cambial. Prescrição.
- d) Sociedade. Responsabilidade limitada, ilimitada e solidária. Responsabilidade do sócio-gerente e do administrador. Exclusão do sócio. Cessão de cotas. Dissolução parcial. Retirada do sócio. Desconsideração da personalidade jurídica. Responsabilidade dos sócios cotistas. Exclusão do



sócio.

e) Insolvência civil. Falência. Recuperação judicial.

PONTO V

a) Sociedades empresárias. Caracterização. Tipos societários. Elementos. Classificação. Natureza do ato constitutivo. Personalidade jurídica. Sociedades em comum. Sociedade limitada. Sociedades por ações. Espécies. Sociedade anônima.

b) Títulos de crédito. Princípios do direito cambiário. Aval, fiança e outras garantias. Endosso. Protesto. Ação cambial. Prescrição.

c) Insolvência civil. Falência. Recuperação judicial.

d) Contratos bancários. Operações ativas e passivas dos bancos. Contrato de cartão de crédito. Incidência do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990). Juros moratórios e remuneratórios. Responsabilidade civil dos bancos. Alienação fiduciária em garantia. Arrendamento mercantil.

e) Contrato de locação empresarial. Particularidades. Disciplina legal. Ação renovatória. Condições. Legitimidade. Prazos. Dispensa de renovação. Procedimento na ação renovatória. Ação de despejo.

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

PONTO I

a) Evolução da Defensoria Pública no âmbito estadual e nacional. A Defensoria Pública como expressão e instrumento do regime democrático. Os objetivos da Defensoria Pública. Unidade, indivisibilidade e independência funcional.

b) A posição constitucional da Defensoria Pública no Estado Democrático de Direito contemporâneo. A essencialidade constitucional da Defensoria Pública e as consequentes limitações impostas ao poder constituinte derivado. A autonomia institucional da Defensoria Pública na Constituição Federal. A Defensoria Pública e o acesso à justiça.

c) Gratuidade de justiça, assistência judiciária gratuita e assistência jurídica gratuita. Deliberação CS/DPGE/RJ nº 124/2017 (afereção da vulnerabilidade e da necessidade jurídica). Resolução DPGE/RJ nº 943/2018 (arrecadação de honorários). Os modelos teóricos de assistência jurídica dos Estados contemporâneos. O modelo brasileiro de assistência jurídica estatal gratuita.

d) Funções institucionais da Defensoria Pública. Garantias e prerrogativas dos membros da Defensoria Pública. Direitos dos assistidos.

e) Gratuidade de justiça e Defensoria Pública. A gratuidade no Código de Processo Civil e na legislação estadual. A gratuidade no âmbito extrajudicial. Curadoria Especial.

PONTO II

a) A posição constitucional da Defensoria Pública no Estado Democrático de Direito contemporâneo. A essencialidade constitucional da Defensoria Pública e as consequentes limitações impostas ao poder constituinte derivado. A autonomia institucional da Defensoria Pública na Constituição Federal. A Defensoria Pública e o acesso à justiça.

b) A Defensoria Pública como expressão e instrumento do regime democrático. Os objetivos da Defensoria Pública. Unidade, indivisibilidade e independência funcional. A Defensoria Pública e a repartição constitucional de competências legislativas. A sistematização normativa da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. A Defensoria Pública e a Advocacia.

c) Gratuidade de justiça, assistência judiciária gratuita e assistência jurídica gratuita. Deliberação CS/DPGE/RJ nº 124/2017 (afereção da vulnerabilidade e da necessidade jurídica). Resolução DPGE/RJ nº 943/2018 (arrecadação de honorários). Curadoria Especial.

d) Natureza jurídica da Defensoria Pública. Natureza jurídica do(a) defensor(a) público(a). A relação jurídica estabelecida entre assistido(a) e Defensoria Pública. Gratuidade de justiça e Defensoria Pública. A gratuidade no Código de Processo Civil e na legislação estadual. A gratuidade no âmbito extrajudicial.





e) Funções institucionais da Defensoria Pública. Custos vulnerabilis. Garantias e prerrogativas dos membros da Defensoria Pública. Direitos dos assistidos.

PONTO III

a) A posição constitucional da Defensoria Pública no Estado Democrático de Direito contemporâneo. A essencialidade constitucional da Defensoria Pública e as consequentes limitações impostas ao poder constituinte derivado. A autonomia institucional da Defensoria Pública na Constituição Federal. A Defensoria Pública e o acesso à justiça.

b) Gratuidade de justiça, assistência judiciária gratuita e assistência jurídica gratuita. Os modelos teóricos de assistência jurídica dos Estados contemporâneos. O modelo brasileiro de assistência jurídica estatal gratuita. Deliberação CS/DPGE/RJ nº 124/2017 (afereção da vulnerabilidade e da necessidade jurídica). Resolução DPGE/RJ nº 943/2018 (arrecadação de honorários).

c) Natureza jurídica da Defensoria Pública. Natureza jurídica do(a) defensor(a) público(a). A relação jurídica estabelecida entre assistido(a) e Defensoria Pública. Gratuidade de justiça e Defensoria Pública. A gratuidade no Código de Processo Civil e na legislação estadual. A gratuidade no âmbito extrajudicial.

d) Funções institucionais da Defensoria Pública. Custos vulnerabilis. Garantias e prerrogativas dos membros da Defensoria Pública. Proibições dos membros da Defensoria Pública. Direitos dos assistidos.

e) A Defensoria Pública como expressão e instrumento do regime democrático. Os objetivos da Defensoria Pública. Unidade, indivisibilidade e independência funcional. Estrutura e organização administrativa da Defensoria Pública. A carreira de defensor(a) público(a) do Estado do Rio de Janeiro. Curadoria Especial.

PONTO IV

a) Evolução da Defensoria Pública no âmbito estadual e nacional. A Defensoria Pública como expressão e instrumento do regime democrático. Os objetivos da Defensoria Pública. Unidade, indivisibilidade e independência funcional.

b) A Defensoria Pública e a repartição constitucional de competências legislativas. A sistematização normativa da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. A Defensoria Pública e a Advocacia.

c) Gratuidade de justiça, assistência judiciária gratuita e assistência jurídica gratuita. Deliberação CS/DPGE/RJ nº 124/2017 (afereção da vulnerabilidade e da necessidade jurídica). Resolução DPGE/RJ nº 943/2018 (arrecadação de honorários). Curadoria Especial.

d) Natureza jurídica da Defensoria Pública. Natureza jurídica do(a) defensor(a) público(a). A relação jurídica estabelecida entre assistido(a) e Defensoria Pública. Gratuidade de justiça e Defensoria Pública. A gratuidade no Código de Processo Civil e na legislação estadual. A gratuidade no âmbito extrajudicial.

e) Funções institucionais da Defensoria Pública. Garantias e prerrogativas dos membros da Defensoria Pública. Objetivos da Defensoria Pública. Regime disciplinar da Defensoria Pública. Atribuição. Impedimento. Suspeição.

PONTO V

a) A essencialidade constitucional da Defensoria Pública. A autonomia institucional da Defensoria Pública na Constituição da República. A Defensoria Pública e o acesso à justiça. A Defensoria Pública e a repartição constitucional de competências legislativas. A sistematização normativa da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. A Defensoria Pública e a Advocacia.

b) Gratuidade de justiça, assistência judiciária gratuita e assistência jurídica gratuita. Deliberação CS/DPGE/RJ nº 124/2017 (afereção da vulnerabilidade e da necessidade jurídica). Resolução DPGE/RJ nº 943/2018 (arrecadação de honorários). Curadoria Especial.

c) Natureza jurídica da Defensoria Pública. Natureza jurídica do(a) defensor(a) público(a). A relação jurídica estabelecida entre assistido(a) e Defensoria Pública. Gratuidade de justiça e Defensoria Pública. A gratuidade no Código de Processo Civil e na legislação estadual. A gratuidade no âmbito extrajudicial.

d) Funções institucionais da Defensoria Pública. Custos vulnerabilis. Garantias e prerrogativas dos membros da Defensoria Pública. Deveres dos membros da Defensoria Pública. Direitos dos assistidos.



e) A Defensoria Pública como expressão e instrumento do regime democrático. Os objetivos da Defensoria Pública. Unidade, indivisibilidade e independência funcional. Estrutura e organização administrativa da Defensoria Pública. A carreira de defensor(a) público(a) do Estado do Rio de Janeiro.

BANCA II

DIREITO PENAL

PONTO I

- a) Princípios Constitucionais de Direito Penal. Teoria da Norma Penal. Aplicação da lei penal no tempo e no espaço. Teoria do Crime.
- b) Teoria da Pena e Medida de Segurança. Dosimetria da Pena. Extinção da Punibilidade.
- c) Crimes Contra a Pessoa. Crimes Contra o Patrimônio. Crimes Contra a Dignidade Sexual. Crimes Contra a Administração Pública. Crimes Contra a Família. Crimes Contra a Incolumidade Pública.
- d) Lei nº 8.072/90: Crimes Hediondos e Equiparados. Lei nº 11.343/06: Lei de Drogas. Lei nº 10.826/03: Estatuto do Desarmamento. Lei nº 8.069/90: Estatuto da Criança e do Adolescente.
- e) Lei nº 9.455/97: Tortura. Lei nº 7.716/89: Crimes resultantes de Preconceito de raça ou de cor. Lei nº 10.741/03: Estatuto do Idoso. Lei nº 10.671/03: Estatuto de Defesa do Torcedor. Lei nº 12.846/2013: Lei Anticorrupção. 12.850/2013: Leis sobre Organizações Criminosas. Lei nº 9.605/98: Crimes Contra o Meio Ambiente. Lei 13.260/16: Lei Antiterrorismo. Lei 13.964/2019: Lei Anticrime.

PONTO II

- a) Princípios Constitucionais de Direito Penal. Teoria da Norma Penal. Aplicação da lei penal no tempo e no espaço. Teoria do Crime.
- b) Teoria da Pena e Medida de Segurança. Dosimetria da Pena. Extinção da Punibilidade;
- c) Crimes Contra a Pessoa. Crimes Contra o Patrimônio. Crimes Contra a Dignidade Sexual. Crimes Contra a Administração Pública.
- d) Crimes Contra a Paz Pública. Crimes Contra a Fé Pública.
- e) Lei nº 8.072/90: Crimes Hediondos e Equiparados. Lei nº 11.343/06: Lei de Drogas. Lei nº 10.826/03: Estatuto do Desarmamento. Lei nº 11.340/06: Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Lei nº 13.869/2019: Abuso de Autoridade. Lei nº 10.741/03: Estatuto do Idoso. Lei nº 9.503/97: Código de Trânsito Brasileiro. Lei nº 8.069/90: Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 13.260/16: Lei Antiterrorismo. Lei 13.964/2019: Lei Anticrime.

PONTO III

- a) Princípios Constitucionais de Direito Penal. Teoria da Norma Penal. Aplicação da lei penal no tempo e no espaço. Teoria do Crime.
- b) Teoria da Pena e Medida de Segurança. Dosimetria da Pena. Extinção da Punibilidade.
- c) Crimes Contra a Pessoa. Crimes Contra o Patrimônio. Crimes Contra a Dignidade Sexual. Crimes Contra a Administração Pública. Crimes Contra o Sentimento Religioso e Contra o Respeito aos Mortos.
- d) Lei nº 8.072/90: Crimes Hediondos e Equiparados. Lei nº 11.343/06: Lei de Drogas. Lei nº 10.826/03: Estatuto do Desarmamento. Lei nº 11.340/06: Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Dec.-Lei nº 3.688/41: Contravenções Penais. Lei nº 9.605/98: Crimes Contra o Meio Ambiente.
- e) Lei nº 8.069/90: Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 11.101/05: Crimes Falimentares. Lei nº 8137/90: Crimes Contra as Relações de Consumo; Lei nº 1.521/01: Crimes Contra a Economia Popular. Lei nº 10.671/03: Estatuto de Defesa do Torcedor. Lei nº 12.984/2014: Crime de Discriminação dos Portadores do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e doentes de aids. Lei nº 10.741/03: Estatuto do Idoso. Lei



9.455/97: Tortura. Lei n.º 7.716/89: Crimes resultantes de Preconceito de raça ou de cor. Lei n.º 9.605/98: Crimes Contra o Meio Ambiente. Lei 13.260/16: Lei Antiterrorismo. Lei 13.344/16: Lei de Tráfico de Pessoas. Lei 13.964/2019: Lei Anticrime.

PONTO IV

- a) Princípios Constitucionais de Direito Penal. Teoria da Norma Penal. Aplicação da lei penal no tempo e no espaço. Teoria do Crime.
- b) Teoria da Pena e Medida de Segurança. Dosimetria da Pena. Extinção da Punibilidade.
- c) Crimes Contra a Pessoa. Crimes Contra o Patrimônio. Crimes Contra a Dignidade Sexual. Crimes Contra a Administração Pública.
- d) Crimes contra a Incolumidade Pública. Crimes contra a Paz Pública. Crimes Contra a Fé Pública.
- e) Lei n.º 8.072/90: Crimes Hediondos e Equiparados. Lei n.º 11.343/06: Lei de Drogas. Lei n.º 10.826/03: Estatuto do Desarmamento. Lei n.º 9.503/97: Código de Trânsito Brasileiro. Lei n.º 11.340/06: Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Lei n.º 10.741/03: Estatuto do Idoso. Lei n.º 1.521/01: Crimes Contra a Economia Popular. Lei n.º 10.671/03: Estatuto de Defesa do Torcedor. Lei n.º 8.069/90: Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 13.344/16: Lei de Tráfico de Pessoas. Lei 13.964/2019: Lei Anticrime.

PONTO V

- a) Princípios Constitucionais de Direito Penal. Teoria da Norma Penal. Aplicação da lei penal no tempo e no espaço. Teoria do Crime.
- b) Teoria da Pena e Medida de Segurança. Dosimetria da Pena. Extinção da Punibilidade.
- c) Crimes Contra a Pessoa. Crimes Contra o Patrimônio. Crimes Contra a Dignidade Sexual. Crimes Contra a Administração Pública. Crimes Contra o Sentimento Religioso. Crimes contra a Paz Pública. Crimes Contra a Fé Pública.
- d) Lei n.º 8.072/90: Crimes Hediondos e Equiparados. Lei n.º 11.343/06: Lei de Drogas. Lei n.º 10.826/03: Estatuto do Desarmamento. Lei n.º 10.741/03: Estatuto do Idoso. Lei 9.455/97: Tortura. Lei n.º 7.716/89: Crimes resultantes de Preconceito de raça ou de cor. Lei n.º 9.605/98: Crimes Contra o Meio Ambiente.
- e) Lei n.º 9.807/99: Proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas. Lei n.º 9.503/97: Código de Trânsito Brasileiro. Dec.-Lei n.º 3.688/41: Contravenções Penais. Lei n.º 13.869/2019: Abuso de Autoridade. Lei 13.344/16: Lei de Tráfico de Pessoas. Lei 13.964/2019: Lei Anticrime.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

PONTO I

- a) Norma Processual Penal: fontes e eficácia. Interpretação da Lei Processual Penal. Princípios do Processo Penal. Aplicação da norma processual penal no tempo. Sistemas processuais penais. Teoria do Garantismo Penal.
- b) Investigação criminal. Ação Penal. Jurisdição e Competência. Questões e Processos Incidentes. Sujeitos Processuais Penais. Da Prova Penal.
- c) Medidas Cautelares no Processo Penal. Prisão e Liberdade. Habeas Corpus. Princípios institucionais da Defensoria Pública em matéria criminal. Defesa dos Direitos humanos.
- d) Citações e Intimações. Preclusão. Sentença. Coisa Julgada penal. Efeitos da Sentença Penal. Mandado de Segurança em matéria criminal. Processo. Procedimento: procedimento comum, Júri, procedimentos especiais. Nulidades. Recursos. Revisão Criminal.
- e) Lei 8.069/90: Estatuto da Criança e do Adolescente em matéria criminal. Lei 9.503/97. Código de Trânsito Brasileiro. Lei n.º 11.340/06: Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Lei 12.037/09: Identificação Criminal. Lei 13.260/16: Lei Antiterrorismo. Lei 13.709/2018: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Lei 13.869/2019: Lei de Abuso de Autoridade. Lei 13.964/2019: Lei Anticrime.

PONTO II

- a) Norma Processual Penal: fontes e eficácia. Interpretação da Lei Processual Penal. Princípios do Processo Penal. Aplicação da norma





processual penal no tempo. Sistemas processuais penais. Teoria do Garantismo Penal.

b) Investigação criminal. Ação Penal. Jurisdição e Competência. Da Prova Penal. Sujeitos Processuais penais.

c) Medidas Cautelares no Processo Penal. Prisão e Liberdade. Habeas Corpus. Mandado de segurança em matéria criminal.

d) Processo. Procedimento: procedimento comum, Júri, procedimentos especiais. Legislação extravagante. Nulidades. Recursos. Revisão Criminal. Tutela coletiva em matéria criminal. Defesa dos Direitos Humanos.

e) Lei 8.069/90: Estatuto da Criança e do Adolescente em matéria criminal. Lei 9.099/95: Juizado Especial Criminal. Lei nº 9.296/96: Interceptação Telefônica. Lei nº 11.340/06: Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Lei nº 11.417/06: Súmula Vinculante. Lei nº 11.418/06: Repercussão Geral. Lei nº 11.419/06: Informatização do Processo Judicial. Lei nº 12.594/2012: SINASE. Lei 12.681/2012: SINESP. Lei 12.850/2013: Organização Criminosa. Lei 13.260/16: Lei Antiterrorismo. Lei 13.344/16: Tráfico de Pessoas. Lei 13.709/2018: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Lei 13.964/2019: Lei Anticrime.

PONTO III

a) Norma Processual Penal: fontes e eficácia. Interpretação da Lei Processual Penal. Princípios do Processo Penal. Aplicação da norma processual penal no tempo. Sistemas processuais penais. Teoria do Garantismo Penal.

b) Medidas Cautelares no Processo Penal. Prisão e Liberdade. Habeas Corpus. Princípios institucionais da Defensoria Pública em matéria criminal.

c) Da prova penal. Processo. Procedimento: procedimento comum, Júri, procedimentos especiais. Legislação extravagante. Citações e Intimações. Preclusão. Sentença. Coisa Julgada penal. Efeitos da Sentença Penal.

d) Nulidades. Recursos. Revisão Criminal. Mandado de segurança em matéria criminal. Defesa dos Direitos humanos.

e) Lei 8.069/90: Estatuto da Criança e do Adolescente em matéria criminal. Lei 9.099/95: Juizado Especial Criminal. Lei nº 9.296/96: Interceptação Telefônica. Lei nº 11.340/06: Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Lei nº 11.417/06: Súmula Vinculante. Lei nº 11.418/06: Repercussão Geral. Lei nº 11.419/06: Informatização do Processo Judicial. Lei 9.503/97. Lei 12.037/09: Identificação Criminal. Código de Trânsito Brasileiro. Lei nº 12.594/2012: SINASE. Lei 12.681/2012 SINESP. Lei 12.850/2013: Organização Criminosa. Lei 13.260/16: Lei Antiterrorismo. Lei 13.344/16: Tráfico de Pessoas. Lei 13.709/2018: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Lei 13.964/2019: Lei Anticrime.

PONTO IV

a) Norma Processual Penal: fontes e eficácia. Interpretação da Lei Processual Penal. Princípios do Processo Penal. Aplicação da norma processual penal no tempo. Sistemas processuais penais. Teoria do Garantismo Penal.

b) Citações e Intimações. Preclusão. Sentença. Coisa Julgada penal. Efeitos da Sentença Penal. Medidas Cautelares no Processo Penal. Prisão e Liberdade. Habeas Corpus. Defesa dos Direitos Humanos.

c) Processo. Procedimento: procedimento comum, Júri, procedimentos especiais. Investigação criminal. Ação Penal. Jurisdição e Competência. Da Prova Penal.

d) Nulidades. Recursos. Revisão Criminal. Mandado de Segurança em matéria criminal.

e) Lei 8.069/90: Estatuto da Criança e do Adolescente em matéria criminal. Lei 9.099/95: Juizado Especial Criminal. Lei nº 9.296/96: Interceptação Telefônica. Lei nº 11.340/06: Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Lei nº 11.417/06: Súmula Vinculante. Lei nº 11.418/06: Repercussão Geral. Lei nº 11.419/06: Informatização do Processo Judicial. Lei 9.503/97. Código de Trânsito Brasileiro. Lei nº 12.594/2012: SINASE. Lei 12.850/2013: Organização Criminosa. Lei 13.260/16: Lei Antiterrorismo. Lei 13.709/2018: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Lei 13.964/2019: Lei Anticrime.

PONTO V

a) Norma Processual Penal: fontes e eficácia. Interpretação da Lei Processual Penal. Princípios do Processo Penal. Aplicação da norma





processual penal no tempo. Sistemas processuais penais. Teoria do Garantismo Penal.

b) Investigação criminal. Ação Penal. Jurisdição e Competência. Da prova penal. Sujeitos Processuais penais.

c) Medidas Cautelares no Processo Penal. Prisão e Liberdade. Habeas Corpus. Mandado de Segurança em matéria criminal. Tutela coletiva em matéria criminal. Defesa dos Direitos Humanos.

d) Processo. Procedimento: procedimento comum, Júri, procedimentos especiais, Princípios institucionais da Defensoria Pública em matéria criminal. Nulidades. Recursos.

e) Lei 9.099/95: Juizado Especial Criminal. Lei nº 9.296/96: Interceptação Telefônica. Lei nº 11.417/06: Súmula Vinculante. Lei nº 11.418/06: Repercussão Geral. Lei nº 11.419/06: Informatização do Processo Judicial. Lei 9.503/97. Lei 12.037/09: Identificação Criminal. Código de Trânsito Brasileiro. Lei nº 12.594/2012: SINASE. Lei 12.681/2012: SINESP. Lei 12.850/2013: Organização Criminosa. Lei 13.260/16: Lei Antiterrorismo. Lei 13.344/16: Tráfico de Pessoas. Lei 13.709/2018: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Lei 13.964/2019: Lei Anticrime.

DIREITO DE EXECUÇÃO PENAL

PONTO I

a) Princípios do Direito de Execução Penal. Objetivos da Execução Penal. Natureza da Execução Penal. Fontes Positivas do Direito de Execução Penal.

b) Aplicação da Lei Penal no Tempo. Lei 13.964/2019: Lei Anticrime. Extinção de Punibilidade. Execução da Pena Privativa de Liberdade. Recursos. Ações Autônomas de Impugnação.

c) Execução da Medida de Segurança. Execução da Pena de Multa.

d) Anistia. Graça. Indulto. Comutação de Pena.

e) Deveres, Direitos e Disciplina. Faltas Disciplinares. Decreto Estadual n. 8.897/1986: Regulamento do Sistema Penal do RJ.

PONTO II

a) Objeto e da Aplicação da Lei de Execução Penal. Destinatários da Lei de Execução Penal. O Condenado e o Internado. Classificação. Preso Estrangeiro. Lei 13.445/17: Lei de Migração.

b) Aplicação da Lei Penal no Tempo. Lei 13.964/2019: Lei Anticrime. Extinção de Punibilidade. Execução da Pena Privativa de Liberdade. Recursos. Ações Autônomas de Impugnação.

c) Execução da Pena Restritiva de Direitos. Suspensão Condicional da Pena. Execução da Pena de Multa.

d) Deveres, Direitos e Disciplina. Faltas Disciplinares. Decreto Estadual n. 8.897/1986: Regulamento do Sistema Penal do RJ.

e) Instrumentos internacionais de proteção às pessoas presas: Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos da ONU (1955). Conjunto de Princípios para a proteção de todas as pessoas submetidas a qualquer forma de detenção ou prisão (1988). Princípios básicos para o tratamento dos reclusos (Resolução da ONU nº 45/111, de 1990). Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras (Regras de Bangkok - 2010). Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos (Regras de Mandela - 2015)

PONTO III

a) Aplicação da Lei Penal no Tempo. Lei 13.964/2019: Lei Anticrime. Extinção de Punibilidade. Execução da Pena Privativa de Liberdade. Recursos. Ações Autônomas de Impugnação.

b) Deveres, Direitos e Disciplina. Faltas Disciplinares. Decreto Estadual n. 8.897/1986: Regulamento do Sistema Penal do RJ.





- c) Exame Criminológico. Identificação do Perfil Genético. Lei 14.069/2020: Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Estupro.
- d) Execução da Pena de Multa. Tutela Coletiva na Execução Penal.
- e) Anistia. Graça. Indulto. Comutação de Pena.

PONTO IV

- a) Órgãos da Execução Penal. Estabelecimentos Penais. A Defensoria Pública e a Lei 12.313/10.
- b) Aplicação da Lei Penal no Tempo. Lei 13.964/2019: Lei Anticrime. Extinção de Punibilidade. Execução da Pena Privativa de Liberdade. Recursos. Ações Autônomas de Impugnação.
- c) Execução da Pena de Multa. Anistia, Graça, Indulto e Comutação de Pena.
- d) Deveres, Direitos e Disciplina. Faltas Disciplinares. Decreto Estadual n. 8.897/1986: Regulamento do Sistema Penal do RJ.
- e) Incidentes. Excesso e Desvio de Execução. Conversões. Reabilitação.

PONTO V

- a) Execução da Pena Restritiva de Direitos. Suspensão Condicional da Pena. Execução da Pena de Multa.
- b) Aplicação da Lei Penal no Tempo. Lei 13.964/2019: Lei Anticrime. Extinção de Punibilidade. Execução da Pena Privativa de Liberdade. Recursos. Ações Autônomas de Impugnação.
- c) Deveres, Direitos e Disciplina. Faltas Disciplinares. Decreto Estadual n. 8.897/1986: Regulamento do Sistema Penal do RJ.
- d) Anistia, Graça, Indulto e Comutação de Pena. Incidentes. Excesso e Desvio de Execução. Conversões. Reabilitação.
- e) Instrumentos internacionais de proteção às pessoas presas: Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos da ONU (1955). Conjunto de Princípios para a proteção de todas as pessoas submetidas a qualquer forma de detenção ou prisão (1988). Princípios básicos para o tratamento dos reclusos (Resolução da ONU n° 45/111, de 1990). Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras (Regras de Bangkok - 2010). Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos (Regras de Mandela - 2015).

CRIMINOLOGIA

PONTO I

- a) Conceito, objeto e método da Criminologia. A relação entre a Dogmática Penal e Processual Penal, a Política Criminal e a Criminologia. Paradigma Positivista. Paradigma da Reação Social. Paradigma Feminista.
- b) Teorias da Associação Diferencial. Teoria da Subcultura Delinquente. Crimes de Colarinho-Branco.
- c) Criminologia Queer. Criminalização da LGBTIfobia. Criminologia das Relações Raciais. Letalidade Policial. Criminologia Feminista. Criminalização e Vitimização das Mulheres. Criminologia dos Direitos Humanos.
- d) Criminologia e Política Criminal. Minimalismo. Abolicionismo. Punitivismo. Lei e Ordem. Tolerância Zero. Populismo Penal. Inflação Legislativa. Direito Penal do Inimigo.
- e) Teorias do Consenso. Teorias do Conflito. Escola de Chicago. Teoria da Anomia. Criminologia Crítica.

PONTO II

- a) Conceito, objeto e método da Criminologia. A relação entre a Dogmática Penal e Processual Penal, a Política Criminal e a Criminologia.





Paradigma Positivista. Paradigma da Reação Social. Paradigma Feminista.

b) Teorias da Associação Diferencial. Teoria das Subculturas Delinquentes. Crimes de Colarinho-Branco. Criminologia Crítica.

c) Criminologia Queer. Criminalização da LGBTIfobia. Criminologia das Relações Raciais. Letalidade Policial. Criminologia Feminista. Criminalização e Vitimização das Mulheres. Criminologia dos Direitos Humanos.

d) Abolicionismo. Minimalismo. Direito Penal do Inimigo. Lei e Ordem. Tolerância zero. Populismo Penal. Política de Drogas.

e) Criminologia, Política Criminal e Racismo Estrutural. O Racismo Estruturante do Pensamento Criminológico Brasileiro.

PONTO III

a) Conceito, objeto e método da Criminologia. A relação entre a Dogmática Penal e Processual Penal, a Política Criminal e a Criminologia. Paradigma Positivista. Paradigma da Reação Social. Paradigma Feminista.

b) Teorias da Associação Diferencial. Teoria das Subculturas Delinquentes. Crimes de Colarinho-Branco.

c) Criminologia Queer. Criminalização da LGBTIfobia. Criminologia das Relações Raciais. Letalidade Policial. Criminologia Feminista. Criminalização e Vitimização das Mulheres. Criminologia dos Direitos Humanos.

d) Abolicionismo. Minimalismo. Punitivismo. Lei e Ordem. Tolerância Zero. Populismo Penal. Direito penal do inimigo.

e) Criminologia, Saúde Mental e Direitos Humanos. Criminologia, Política Criminal e Racismo Estrutural.

PONTO IV

a) Conceito, objeto e método da Criminologia. A relação entre a Dogmática Penal e Processual Penal, a Política Criminal e a Criminologia. Paradigma Positivista. Paradigma da Reação Social. Paradigma Feminista.

b) Teorias do Consenso. Teorias do Conflito. Escola de Chicago. Teoria da Anomia. Criminologia Crítica.

c) Criminologia Queer. Criminalização da LGBTIfobia. Criminologia das Relações Raciais. Letalidade Policial. Criminologia Feminista. Criminalização e Vitimização das Mulheres. Criminologia dos Direitos Humanos. Criminologia Verde.

d) Política de Drogas. Abolicionismo. Minimalismo. Punitivismo. Lei e Ordem. Tolerância Zero. Inflação Legislativa. Populismo Penal. Direito Penal do Inimigo.

e) Teorias da Associação Diferencial. Teoria das Subculturas Delinquentes. Crimes de Colarinho-Branco.

PONTO V

a) Conceito, objeto e método da Criminologia. A relação entre a Dogmática Penal e Processual Penal, a Política Criminal e a Criminologia.

b) Teorias do Consenso. Teorias do Conflito. Teorias da Associação Diferencial. Teoria das Subculturas Delinquentes. Crimes de Colarinho-Branco.

c) Criminologia, Saúde Mental e Direitos Humanos. Criminologia, Política Criminal e Racismo Estrutural.

d) Criminologia Queer. Criminalização da LGBTIfobia. Criminologia das Relações Raciais. Letalidade Policial. Criminologia Feminista. Criminalização e Vitimização das Mulheres. Criminologia dos Direitos Humanos.

e) Abolicionismo. Minimalismo. Punitivismo. Direito Penal do Inimigo. Lei e Ordem. Tolerância zero. Populismo Penal. Inflação Legislativa. Direito Penal Simbólico.

BANCA III





DIREITO CONSTITUCIONAL

PONTO I

- a) Direitos e Garantias Constitucionais.
- b) Controle de Constitucionalidade. Interpretação Constitucional.
- c) Meio-Ambiente na Constituição Federal. Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Decreto Federal nº 4.340 de 22 de agosto de 2002.
- d) Funções Essenciais à Justiça. Da Defensoria Pública.
- e) Processo Legislativo. Repartição de competências.
- f) Direitos Sociais. Direitos Políticos.
- g) Princípios Constitucionais Tributários.

PONTO II

- a) Constituição do Estado do Rio de Janeiro. Da Defensoria Pública.
- b) Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.
- c) Controle de Constitucionalidade. Interpretação Constitucional.
- d) Ordem Social. Princípios.
- e) Direitos e Garantias Constitucionais.
- f) Princípios Constitucionais Tributários.
- g) Organização do Estado. Organização dos Poderes.

PONTO III

- a) Controle de Constitucionalidade. Interpretação Constitucional.
- b) Processo Legislativo. Repartição de Competências.
- c) Direitos e Garantias Constitucionais.
- d) Funções Essenciais à Justiça. Da Defensoria Pública.
- e) Intervenção nos Estados e Municípios.
- f) Princípios Constitucionais Tributários.
- g) Direitos Sociais. Direitos Políticos.

PONTO IV

- a) Funções Essenciais à Justiça. Da Defensoria Pública.
- b) Constituição do Estado do Rio de Janeiro. Da Defensoria Pública.





- c) Direitos e Garantias Constitucionais.
- d) Meio-Ambiente na Constituição Federal. Lei 9.985 de 18 de julho de 2000. Decreto Federal nº 4.340 de 22 de agosto de 2002.
- e) Controle de Constitucionalidade. Interpretação Constitucional.
- f) Direitos Sociais. Direitos Políticos.
- g) Da Seguridade Social.

PONTO V

- a) Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.
- b) Controle de Constitucionalidade. Interpretação Constitucional.
- c) Intervenção nos Estados e Municípios.
- d) Direitos e Garantias Constitucionais.
- e) Ordem Social. Princípios.
- f) Organização do Estado. Organização dos Poderes.
- g) Princípios Constitucionais Tributários

DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

PONTO I

- a) Violências de Gênero. Violência doméstica. Lei Maria da Penha. Convenção de Belém do Pará. Jurisprudência do Sistema Interamericano. Caso González e Outras vs. México.
- b) Racismo. Racismo Institucional. Convenção Interamericana contra o Racismo e Discriminação Racial e outras formas Correlatas de intolerância. Soft law. Sistema Interamericano. Caso Simone André Diniz. Estatuto da Igualdade Racial. Lei 10.639/2003.
- c) Pessoas com Deficiência. Normativa Internacional. Convenção Internacional de Pessoas com deficiência. Sistema Interamericano. Caso Ximenes Lopes vs. Brasil.
- d) Direito das Pessoas Moradoras de Favelas. Direito das Vitimas de Violência de Estado. Jurisprudência do Sistema Interamericano. Caso Favela Nova Brasília vs. Brasil. ADPF 635.
- e) Sistema Interamericano. Obrigações dos Estados de Prover os Recursos Internos. Corte Interamericana: Caso Velásquez Rodrigues vs Honduras.
- f) Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matrizes Africanas. Convenção 169 OIT. Programa Brasil Quilombola. Política Nacional de saúde da População Negra. Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007.
- g) Povos Originários. Terra e Território. Movimento Constitucional da América Latina. Justiça Ordinária vs Justiça Indígena. Jurisprudência do SIDH. Caso Povo Indígena Xucuru vs. Brasil. Lei 11.645/2008.

PONTO II

- a) Diversidade Sexual. Direito das Pessoas LGBT. SIDH. Corte Interamericana de Direitos Humanos. Opinião Consultiva nº 24 de 2017. STF ADI nº 4275.





- b) Liberdade de Expressão. Liberdade de Opinião e Funcionário Público. Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Caso Fontevecchia e outros vs. Argentina.
- c) Pessoas com deficiência. Padrões Internacionais de Proteção. Lei 10.216 de 6 de Abril de 2001. Jurisprudência do Sistema Interamericano. Caso Poblete Vilches e Outros vs. Chile
- d) Racismo. Racismo Institucional. Programa Brasil Quilombola. Política Nacional de saúde da População Negra. Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007.
- e) Tortura. Tratados Internacionais de Combate à Tortura. Órgãos Nacionais e Internacionais de Monitoramento. Atribuições. Jurisprudência do Sistema Interamericano. Caso Bayarri vs. Argentina.
- f) Gênero, Sexo, Diferença Sexual. Reprodução Feminina. Política e Trabalho. Jurisprudência do Sistema Interamericano. Caso Artavia Murillo e Outros vs. Costa Rica.
- g) Racismo. Racismo Institucional. Caso Alyne Pimentel. Estatuto da Igualdade Racial. Política Nacional de saúde da População Negra.

PONTO III

- a) Violência Institucional de Gênero. Violência Obstétrica. Igualdade e não Discriminação. Direitos Sexuais e Reprodutivos. ADPF 442.
- b) Racismo e Sistema de Justiça. Acesso à Justiça. Teoria Crítica da Raça. Crime de Racismo. Estatuto da Igualdade Racial. Lei 7716/1989.
- c) Políticas de Acesso à Justiça das Pessoas em Situação de Vulnerabilidades no Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Assistência Jurídica. Defensor Interamericano. Regras de Brasília. Caso Ruano Torres vs. El Salvador.
- d) Direito das Pessoas moradoras das Favelas. Segurança e Cidadania. Direito de Resistencia. Comissão Interamericana. Informe sobre Segurança cidadã e Direitos Humanos. ADPF 635.
- e) Jurisprudência do Sistema Interamericano. Garantias. Direitos Pré-Processuais. Caso Cabrera Garcia e Montiel Flores vs. México.
- f) Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matrizes Africanas. Convenção 169 OIT. Programa Brasil Quilombola. Política Nacional de saúde da População Negra. Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007.
- g) Povos Originários. Terra e Território. Movimento Constitucional da América Latina. Justiça Ordinária vs Justiça Indígena. Jurisprudência do SIDH. Caso Povo Indígena Xucuru vs. Brasil. Lei 11.645/2008.

PONTO IV

- a) Pobreza. Igualdade e Não discriminação. Princípio de não Submissão. Categorias Suspeitosas. Igualdade e Direitos Sociais. Judicialização dos DESCs.
- b) Direito das Mulheres. Direitos Sexuais e Reprodutivos. STF ADPF nº 442.
- c) Povos Originários. Terra e Território. Movimento Constitucional da América Latina. Justiça Ordinária vs Justiça Indígena. Jurisprudência do SIDH. Caso Povo Indígena Xucuru vs. Brasil
- d) População LGBT. Normativa Internacional. Princípios de Yogyakarta. Jurisprudência do SIDH. Caso Atala Riffo vs. Chile
- e) Racismo e Sistema de Justiça. Acesso à Justiça. Teoria Crítica da Raça. Crime de Racismo. Estatuto da Igualdade Racial. Lei 7716/1989.
- f) Acesso à Justiça das Pessoas em Situação de Vulnerabilidade. Sistema Interamericano e Defensoria Pública. Padrões Interamericanos para uma Defesa Eficaz e Diligente. Caso Ruano Torres vs. El Salvador.
- g) Direitos da População em situação de Rua. Princípios. Conceitos. Decreto Federal nº 7.053 de 23 de Dezembro de 2009.



PONTO V

- a) Privados de Liberdade. Padrões Internacionais para as Garantias Judiciais e os Direitos Pre-processuais. Direito a não ser torturado. Protocolo de Estambul. Resolução DPGE n° 932 de 26 de Junho de 2018. Padrões Interamericanos de Exclusão da Prova obtida por meio ilícito.
- b) População LGBT. Privados de Liberdade. Resolução n° 01/2014 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária em Conjunto com o Conselho Nacional de Combate a Discriminação. STF ADI n° 4275.
- c) População em Situação de Rua. Conceito e Princípios das Políticas Públicas. Lei Municipal n° 6.350 de 4 de Maio de 2018. Recolhimento Compulsório.
- d) Raça e Racismo. Mulheres encarceradas. Normativa Internacional. Regras de Bangkok.
- e) Sistema Interamericano. Implementação das Decisões do Sistema Interamericano no Ordenamento Jurídico Interno e o papel da Defensoria Pública.
- f) Direito das pessoas Refugiadas e Imigrantes. Lei Federal 13.445 de 24 de Maio de 2017. Lei Federal 9.474 de 02 de julho de 1997. Sistema Interamericano. Caso Família Pacheco Tineo vs Estado Plurinacional de Bolívia.

DIREITO ADMINISTRATIVO

PONTO I

- a) Agentes Públicos. Conceito. Classificação. Investidura e Provimento. Reingresso, Reintegração, Readmissão, Aproveitamento, Reversão e Transferência. Regime Constitucional. Regime de Previdência.
- b) Fato Administrativo. Atos da Administração. Conceito, características e atributos. Elementos e requisitos de validade. Classificação e espécies. Mérito Administrativo. Formação e efeitos. Extinção, revogação, invalidação e convalidação. Procedimento Administrativo. Contratos Administrativos. Convênios, consórcios, termos de colaboração, termos de fomento e instrumentos congêneres.
- c) Serviços Públicos. Classificação. Execução. Competência. Requisitos. Atributos. Direito de Greve. Serviços Essenciais e o Código de Defesa do Consumidor. Direitos dos Usuários. Gratuidade de Transporte, Educação e Saúde. A saúde na ordem constitucional brasileira. O Sistema Único de Saúde: organização, atribuições e marco normativo. A repartição constitucional e legal de competências no direito à saúde. O financiamento das políticas de saúde: regime constitucional e legal (Lei Complementar n° 141/2012 e Lei n° 8.142/1990). Regionalização, hierarquização e Redes Temáticas de Atenção à Saúde. A participação popular: Lei n° 8.142/1990. Lei n° 13.979/2020 e regime jurídico na pandemia. A judicialização das políticas públicas de saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP). A assistência social na ordem constitucional brasileira. Lei orgânica da assistência social - LOAS (Lei n° 8.742/93). Da tipificação nacional dos serviços socioassistenciais (Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social n° 109/09).
- d) A Responsabilidade Civil do Estado. Regime constitucional, legal e aspectos doutrinários. Teoria do Risco Integral. Teoria da Culpa Administrativa. Teoria da Responsabilidade Objetiva. Teoria da Responsabilidade do Estado por Atos Legislativos e Judiciários.
- e) Princípios da Administração Pública. Recurso Administrativo e os Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa. Princípios da segurança jurídica, confiança e boa-fé.

PONTO II

- a) Direito Administrativo. Conceito. Objeto. Fontes. Princípios Administrativos. Princípios da segurança Jurídica, confiança e boa-fé. Relação do Direito Administrativo com os demais ramos do Direito. Interpretação da Norma de Direito Administrativo. Decreto-Lei n° 4.657/42 (LINDB).
- b) Servidores Públicos. Conceito. Classificação. Garantias. Deveres. Direitos de Ordem Pecuniária. Vantagens. Acumulação de Cargos. Empregos ou Funções. Estabilidade. Processo Administrativo Disciplinar. Regime de Previdência.
- c) Contratos Administrativos. Características. Espécies. Cláusulas de Privilégio. Equação econômicoFinanceira. Inexecução e Extinção do contrato. Responsabilidade Civil nos contratos administrativos. Licitações. Parcerias Públicas Privadas. Contratos das empresas estatais.





d) Controle da Administração Pública. Controle Interno. Procedimento Investigatório. Controle Externo. Transparência e acesso à informação na Administração Pública. Mandado de Segurança. Mandado de Segurança Coletivo. Ação Popular. Ação Civil Pública. Mandado de Injunção e Habeas Data. Poder Público em Juízo.

e) Serviços Públicos. Classificação. Execução. Competência. Requisitos. Atributos. Direito de Greve. Serviços Essenciais e o Código de Defesa do Consumidor. Direitos dos Usuários. Gratuidade de Transporte, Educação e Saúde. A saúde na ordem constitucional brasileira. O Sistema Único de Saúde: organização, atribuições e marco normativo. A repartição constitucional e legal de competências no direito à saúde. O financiamento das políticas de saúde: regime constitucional e legal (Lei Complementar nº 141/2012 e Lei nº 8.142/1990). Regionalização, hierarquização e Redes Temáticas de Atenção à Saúde. A participação popular: Lei nº 8.142/1990. Lei nº 13.979/2020 e regime jurídico na pandemia. A judicialização das políticas públicas de saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP). A assistência social na ordem constitucional brasileira. Lei orgânica da assistência social - LOAS (Lei nº 8.742/93). Da tipificação nacional dos serviços socioassistenciais (Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 109/09).

PONTO III

a) Domínio Público. Bens Públicos. Afetação e Desafetação. Regime Jurídico dos Bens Públicos. Enfitese. Terras de Marinha e demais Terras Públicas. Patrimônio Histórico.

b) Poderes da Administração Pública. Poder de Polícia e seus Atributos. Desvio e Abuso de Poder. Poder Disciplinar. Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Rio de Janeiro. Poder Regulamentar. Processo Administrativo Disciplinar.

c) Administração Pública: Direta e Indireta. Princípios que as regem e seus Poderes. Pessoas jurídicas vinculadas ao Estado. Lei nº 9.637/1998 e Lei Estadual nº 6.043/2011.

d) A Responsabilidade Civil do Estado. Regime constitucional, legal e aspectos doutrinários. Teoria do Risco Integral. Teoria da Culpa Administrativa. Teoria da Responsabilidade Objetiva. Teoria da Responsabilidade do Estado por Atos Legislativos e Judiciários.

e) Intervenção do Estado na Propriedade. Desapropriação. Espécies. Fundamentos. Competência. Desvio de Finalidade. Retrocessão. Servidão Administrativa. Requisição. Ocupação Temporária e Limitação Administrativa. Política Urbana (Lei nº 10.257/2001 e Lei 13.465/2017).

PONTO IV

a) Direito Administrativo. Conceito. Objeto. Fontes. Princípios Administrativos. Relação do Direito Administrativo com os demais ramos do Direito. Interpretação da Norma de Direito Administrativo. DecretoLei nº 4.657/1942 (LINDB).

b) Administração Pública: Direta e Indireta. Princípios que as regem e seus Poderes. Pessoas jurídicas vinculadas ao Estado. Lei nº 9.637/1998 e Lei Estadual nº 6.043/2011.

c) Controle da Administração Pública. Controle Interno. Procedimento Investigatório. Controle Externo. Transparência e acesso à informação na Administração Pública. Mandado de Segurança. Mandado de Segurança Coletivo. Ação Popular. Ação Civil Pública. Mandado de Injunção e Habeas Data. Poder Público em Juízo.

d) A Responsabilidade Civil da Administração Pública. Aspectos Doutrinários. Teoria da Responsabilidade Civil do Estado no Direito Positivo Brasileiro. Teoria da Responsabilidade do Estado por Atos Legislativos e Judiciários.

e) Intervenção na Propriedade. Desapropriação. Espécies. Fundamentos. Competência. Desvio de Finalidade. Retrocessão. Servidão Administrativa. Requisição. Ocupação Temporária e Limitação Administrativa. Política Urbana (Lei nº 10.257/2001 e Lei Federal 13.465/2017).

PONTO V

a) Fato Administrativo. Atos da Administração. Conceito, características e atributos. Elementos e requisitos de validade. Classificação e espécies. Mérito Administrativo. Formação e efeitos. Extinção, revogação, invalidação e convalidação. Procedimento Administrativo. Contratos Administrativos. Convênios, consórcios, termos de colaboração, termos de fomento e instrumentos congêneres.

b) Intervenção do Estado na Propriedade. Desapropriação. Espécies. Fundamentos. Competência. Desvio de Finalidade. Retrocessão. Servidão Administrativa. Ocupação Temporária e Limitação Administrativa. Política Urbana (Lei nº 10.257/2001 e Lei Federal 13.465/2017).



c) A Atuação da Administração Pública e o Devido processo Legal. Autotutela Administrativa. Revogação. Anulação. Sanatória dos Atos Administrativos. Lei Estadual RJ nº 5427/2009.

d) Atos de Improbidade. Moralidade Administrativa. Abuso de Autoridade. Desvio de Finalidade. Excesso de Poder. Ação Coletiva.

e) A Responsabilidade Civil do Estado. Regime constitucional, legal e aspectos doutrinários. Teoria do Risco Integral. Teoria da Culpa Administrativa. Teoria da Responsabilidade Objetiva. Teoria da Responsabilidade do Estado por Atos Legislativos e Judiciários.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PONTO I

i) Os Direitos da Criança e Adolescentes na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Princípios relativos à Aplicação do Direito da Criança e do Adolescente. Proteção dos direitos individuais, difusos e coletivos.

ii) Características da doutrina da situação irregular e da doutrina da proteção integral. Criança e adolescente: construção histórica e social das concepções de proteção, direitos e participação. Sistema de Garantia de Direitos. O Estatuto da Juventude: Lei 12.852. O Marco legal da primeira infância: Lei 13.257 de 08 de março de 2016. Direito à Profissionalização e a Proteção do Trabalho Urbano e Rural do Adolescente. As piores formas de trabalho infantil. Lista TIP (DECRETO Nº 6.481, DE 12 DE JUNHO DE 2008.).

iii) Política de atendimento. Linhas de ação e política de atendimento. Políticas sociais básicas - Políticas e programas de assistência social – Serviços de prevenção e atendimento – Proteção jurídica e social. A Lei 8.472. A Lei RJ 7.966. O Direito humano a alimentação adequada, a lei 11.346. O direito à saúde: parto, pré-natal, imunização. O programa nacional de imunização. As leis 6.259 e 8.080. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança.

iv) Ato infracional. Prática. Garantias processuais expressas no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei 12.594/2012. Garantia do direito de defesa. Medidas Socioeducativas – natureza, tipos, aplicação, duração, prescrição. Dos Recursos. Da execução antecipada da medida socioeducativa 165 CNJ. Resolução CNJ 367/2021.

v) Crimes e infrações administrativas. Lei 13.431 de 4 de abril de 2017 - sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Decreto 9.603/2018. O desaparecimento de crianças: Lei 13812. Leis estaduais RJ nº: 7.860, 8.052, 8.547, 9.167, 9.182.

PONTO II

i) Conselho Tutelar – definição, atribuições, competência, escolha dos conselheiros e impedimentos. Conselho Tutelar e Medidas de proteção. Acolhimento institucional. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Apuração de irregularidade em entidade de atendimento. A Resolução CONANDA 170. Os Conselhos de Direitos e seu papel. A Lei 8.242 e o Decreto 9.579. O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. A Lei RJ 1697.

ii) Sinase – Lei 12.594/2012. Ato infracional e execução das Medidas Socioeducativas. Princípios norteadores da execução das medidas socioeducativas. Objetivos, programa de atendimento, gestor do programa de atendimento. A Resolução CONANDA 119/2006. A Resolução CNJ 367/2021. A Recomendação 87/2021 CNJ. Unificação, prescrição, extinção de medidas socioeducativas. Dos Direitos Individuais. Direito de visitas. Do atendimento a Adolescente com Transtorno Mental e com Dependência de Álcool e de Substância Psicoativa. A Política Nacional Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei - PNAISARI. Regimento Interno do Departamento Geral de Ações Socioeducativas: Decreto RJ Nº 46.525 de 2018.

iii) A criança e o adolescente na normativa internacional. Declaração Universal do Direito das Crianças (1959). Convenção sobre Direito da Criança da ONU. Convenção 182 OIT. Convenção sobre os aspectos civis do sequestro internacional de crianças e Convenção relativa à Proteção das crianças e a Cooperação em Matéria de Adoção Internacional concluída na HAIA em 29 de maio de 1993 (Decreto 3087 de 21 de junho de 1999). Regras Mínimas das Nações Unidas para Proteção de Jovens Privados de Liberdade. Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça da Infância e Juventude (Regras de Beijing). Diretrizes das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência Juvenil. – Diretrizes de Riad (1990). As sugestões e recomendações gerais do Comitê sobre os Direitos da Criança.

iv) Garantia do devido processo legal ao adolescente acusado da prática de ato infracional: acesso à justiça, ampla defesa e contraditório. Princípios aplicados. Do Paradigma da Proteção Integral. Papel da Defesa técnica. Aplicação de medida socioeducativa. Execução. Dos Recursos.





v) Direito a educação, cultura, ao esporte e lazer. Educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96). Acesso à escola pública próxima a residência. Atendimento educacional especializado. Deveres dos pais. Deveres dos dirigentes. Os sistemas de ensino. Os Conselhos de Educação e seu poder normativo. A Lei RJ 1.560. Educação na pandemia: a Lei 14.040. O Plano Nacional de Educação. A educação indígena. A educação especial. O financiamento da educação pública. Lei 11.947: o atendimento da alimentação escolar.

PONTO III

i) A criança e o adolescente na normativa internacional. Declaração Universal do Direito das Crianças (1959). Convenção sobre Direito da Criança da ONU. Convenção 182 OIT. Convenção sobre os aspectos civis do sequestro internacional de crianças e Convenção relativa à Proteção das crianças e a Cooperação em Matéria de Adoção Internacional concluída na HAIA em 29 de maio de 1993 (Decreto 3087 de 21 de junho de 1999). Regras Mínimas das Nações Unidas para Proteção de Jovens Privados de Liberdade. Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça da Infância e Juventude (Regras de Beijing). Diretrizes das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência Juvenil. – Diretrizes de Riad (1990). As sugestões e recomendações gerais do Comitê sobre os Direitos da Criança.

ii) Os Direitos da Criança e Adolescentes na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Princípios relativos à Aplicação do Direito da Criança e do Adolescente. Proteção dos direitos individuais, difusos e coletivos.

iii) Direito a educação, cultura, ao esporte e lazer. Educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96). Acesso à escola pública próxima a residência. Atendimento educacional especializado. Deveres dos pais. Deveres dos dirigentes. Os sistemas de ensino. Os Conselhos de Educação e seu poder normativo. A Lei RJ 1.560. Educação na pandemia: a Lei 14.040. O Plano Nacional de Educação. A educação indígena. A educação especial. O financiamento da educação pública. Lei 11.947: o atendimento da alimentação escolar.

iv) Ato infracional. Medidas socioeducativas. Da competência para executar a medida socioeducativa (lei 12.594/2012, Resolução 165 do CNJ). Dos princípios que regem a execução da medida socioeducativa. Da unificação das medidas. Do direito a visita. Do direito a saúde na execução da medida. A Política Nacional Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei – PNAISARI. Do plano individual de atendimento. Da extinção das medidas socioeducativas. Prescrição. A apuração de irregularidade em entidade de atendimento. A Resolução CONANDA 119/2006. Regimento Interno do Departamento Geral de Ações Socioeducativas: Decreto RJ Nº 46.525 de 2018.

v) Direito a convivência familiar e comunitária. Família Substituta – excepcionalidade. Programas de acolhimento institucional e familiar. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Família natural e família extensa. Socioafetividade. Perda ou suspensão do poder familiar. Audiência de Reavaliação. Provimentos 32 e 36 do CNJ. Resolução 289 CNJ. Curadoria Especial. Direito de oitiva e participação da criança e adolescente Estatuto da Criança e do Adolescente e na Convenção sobre Direitos da Criança. Resolução 169 CONANDA.

PONTO IV

i) História social da infância brasileira. Paradigmas legislativos em matéria de infância e juventude: a situação irregular e a proteção integral. Sistema de Garantia dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Eixos fundamentais. Resolução 113 do CONANDA. Defensoria Pública no contexto do Sistema de Garantia de Direitos. Lei 12.852: O Estatuto da Juventude. O Marco legal da primeira infância: Lei 13.257 de 08 de março de 2016

ii) Guarda, tutela, e Adoção. Evolução do instituto. Conceito, características e tipos. A entrega voluntária. Requisitos objetivos e subjetivos. Impedimentos. Adoção intuitu personae. Destituição do poder familiar. Procedimento de perda ou suspensão do poder familiar. Infrações Administrativas e sua apuração. Procedimento Acolhimento e reavaliação. Provimentos 32 e 36 do CNJ. Resolução 289 CNJ. Curadoria Especial no Estatuto da Criança e do Adolescente. Direito de oitiva e participação da criança e adolescente Estatuto da Criança e do Adolescente e na Convenção sobre Direitos da Criança. Resolução 169 CONANDA.

iii) Apuração do ato infracional atribuído a adolescente. Oitiva informal. Internação provisória. A Resolução 369/2021 CNJ. Videoconferência. Resolução 330 CNJ. Aplicação de medida socioeducativa. Da remissão. Dos Recursos. Execução de Medidas socioeducativas. Regressão. Substituição. Detração. Extinção.

iv) Os Direitos da Criança e Adolescentes na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Princípios relativos à Aplicação do Direito da Criança e do Adolescente. Proteção dos direitos individuais, difusos e coletivos.

v) Crimes e infrações administrativas. Lei 13.431 de 4 de abril de 2017 - sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou





testemunha de violência. Decreto 9.603/2018. O desaparecimento de crianças: Lei 13812. Leis estaduais RJ nº: 7.860, 8.052, 8.547, 9167, 9.182.

PONTO V

i) Os Direitos da Criança e Adolescentes na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Princípios relativos à Aplicação do Direito da Criança e do Adolescente. Proteção dos direitos individuais, difusos e coletivos.

ii) Política de atendimento. Linhas de ação e política de atendimento. Políticas sociais básicas - Políticas e programas de assistência social – Serviços de prevenção e atendimento – Proteção jurídica e social. A Lei 8.472. A Lei RJ 7.966. O Direito humano a alimentação adequada, a lei 11.346. O direito à saúde: parto, pré-natal, imunização. O programa nacional de imunização. As leis 6.259 e 8.080. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança.

iii) Ato infracional. Medidas socioeducativas. Da competência para executar a medida socioeducativa (lei 12.594/2012, Resolução 165 do CNJ). Dos princípios que regem a execução da medida socioeducativa. Da unificação das medidas. Do direito a visita. Do direito a saúde na execução da medida. A Política Nacional Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei – PNAISARI. Do plano individual de atendimento. Da extinção das medidas socioeducativas. Prescrição. A apuração de irregularidade em entidade de atendimento. A Resolução CONANDA 119/2006. Regimento Interno do Departamento Geral de Ações Socioeducativas: Decreto RJ Nº 46.525 de 2018.

iv) Conselho Tutelar – definição, atribuições, competência, escolha dos conselheiros e impedimentos. Conselho Tutelar e Medidas de proteção. Acolhimento institucional. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Apuração de irregularidade em entidade de atendimento. A Resolução CONANDA 170. Os Conselhos de Direitos e seu papel. A Lei 8.242 e o Decreto 9.579. O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. A Lei RJ 1697.

v) Características da doutrina da situação irregular e da doutrina da proteção integral. Criança e adolescente: construção histórica e social das concepções de proteção, direitos e participação. Sistema de Garantia de Direitos. O Estatuto da Juventude: Lei 12.852. O Marco legal da primeira infância: Lei 13.257 de 08 de março de 2016. Direito à Profissionalização e a Proteção do Trabalho Urbano e Rural do Adolescente. As piores formas de trabalho infantil. Lista TIP (DECRETO Nº 6.481, DE 12 DE JUNHO DE 2008).

Id: 202100243 - Protocolo: 0528938

Conselho Superior - CS

Edital de Concurso

| De 11.02.2021

Referência: Processo nº E-20/001.006037/2020

***EDITAL DE ABERTURA DO XXVII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

O **CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a decisão por unanimidade de seus membros, em sessão realizada em 08/02/2021, **APROVA**, nos termos do abaixo articulado, o **EDITAL DO XXVII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente Concurso Público é regido pela **DELIBERAÇÃO CS/DPGE nº 140/2020** de 16 de novembro de 2020, do Conselho Superior da Defensoria Pública, a qual constitui o Regulamento do certame.

2. DO REGULAMENTO

2.1. As pessoas interessadas poderão obter o Regulamento do Concurso, e demais publicações, nos endereços eletrônicos da FGV <https://conhecimento.fgv.br/concursos/dpgerj2021> e da Defensoria <http://www.defensoria.rj.def.br>, acessando a aba Concurso/Defensor Público.

